STJ00117494 - V. 1

PABLO STOLZE GAGLIANO

RODOLFO PAMPLONA FILHO

NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL 1

PARTE GERAL

25ª edição
revista, ampliada e atualizada
2023

saraiva jur

STJ00117494 - V. 1

OBRA COMPLETA: 978-85-536-0771-6
DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ODILIO HILARIO MOREIRA JUNIOR – CRB-8/9949

G135n Gagliano, Pablo Stolze

Parte Geral – v. 1 / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. 25. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2023. (Novo Curso de Direito Civil)

592 p. – (v. 1)

ISBN: 978-65-5362-527-3 (impresso)

1. Direito. 2. Direito civil. 3. Lei de introdução às normas do direito brasileiro. I. Pamplona Filho, Rodolfo. II. Título..

CDD 347
2022-3935 CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito civil 347
2. Direito civil 347

saraiva EDUCAÇÃO | saraiva jur

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência editorial Thais Cassoli Reato Cézar

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
Daniel Pavani Naveira

Design e produção Daniele Debora de Souza (coord.)
Flavio Teixeira Quarazemin
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Lais Soriano
Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto

Diagramação Negrito Produção Editorial
Revisão Carmem Becker
Capa Deborah Mattos
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Bartira

Data de fechamento da edição: 10-1-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD.OBRA 14087 CL 608175 CAE 819917

1235659

STJ00117494 - V. 1

Índice

Agradecimentos VII
Uma Reflexão Sobre o Novo Código Civil IX
Prefácio à Primeira Edição XI
Apresentação da Primeira Edição XIII
Nota dos Autores XVII

Capítulo I
Noções Elementares de Direito

1. Objetivo do capítulo 1
2. Noções propedêuticas de direito 1
   2.1. Etimologia 1
   2.2. Conceito 2
   2.3. Outras acepções qualificadas da expressão "direito" 4
   2.4. Direito e moral 5
   2.5. Direito e poder 8
3. Fontes do direito 9
   3.1. Classificação das fontes 10
   3.2. Fontes do direito em espécie 11
      3.2.1. Legislação 11
         a) Características gerais da lei 11
         b) Classificação das leis 12
      3.2.2. Costume 16
      3.2.3. Jurisprudência 19
      3.2.4. Doutrina 22
      3.2.5. Analogia 22
      3.2.6. Princípios gerais do direito 23
      3.2.7. Equidade 24
4. Algumas palavras sobre os sistemas jurídicos (*civil law* e *common law*) 27
5. A dicotomia entre direito público e direito privado e a taxionomia do Direito Civil 30
6. Conceito doutrinário e histórico do Direito Civil 32
7. Conteúdo do Código Civil 33

Capítulo II
A Codificação do Direito Civil

1. O sentido da codificação 35
2. Argumentos favoráveis e desfavoráveis à codificação 37
3. Antecedentes históricos 39
4. A codificação do Direito Civil brasileiro: aspectos históricos e legislativos 41
5. Descentralização e constitucionalização do Direito Civil 45
6. O novo Código Civil brasileiro 50
7. Princípios norteadores do Código Civil de 2002 52

Capítulo III
Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro

1. O objetivo da Lei de Introdução ao Código Civil: ser uma Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro 55
2. Vigência, validade, eficácia e vigor das normas 57
3. Aplicação de normas jurídicas 63
   3.1. Interpretação de normas 64
   3.2. Algumas noções sobre a integração normativa 67
   3.3. Aplicação temporal de normas 68
   3.4. Conflito de normas no tempo (Direito Intertemporal) 74
   3.5. Aplicação espacial de normas 77
   3.6. Conflito de normas no espaço 79
   3.7. Segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação de normas por agentes públicos (reflexões críticas sobre a Lei n. 13.655/2018, que alterou a LINDB) 83

Capítulo IV
Pessoa Natural

1. A personalidade jurídica 91
   1.1. Conceito 91
   1.2. Aquisição da personalidade jurídica 93
   1.3. O nascituro 95

2. Capacidade de direito e de fato e legitimidade 101
2.1. Incapacidade absoluta 104
2.2. Incapacidade relativa 109
2.2.1. Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos..... 110
2.2.2. Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos 111
2.2.3. Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade 113
2.2.4. Os pródigos 114
2.2.5. Algumas palavras sobre a capacidade jurídica dos silvícolas 115
2.3. Suprimento da incapacidade (representação e assistência)..... 117
2.4. Restituição e anulação por conflito de interesses com o representado 118
3. Emancipação 121
4. Nome civil 128
4.1. Esclarecimentos terminológicos 128
4.2. Possibilidade de alteração do nome 130
4.3. Tutela jurídica do nome 133
5. Estado da pessoa natural 134
6. Registro civil 136
7. Extinção da pessoa natural..... 140
7.1. Morte civil..... 141
7.2. Morte presumida..... 141
7.2.1. Ausência..... 142
a) Curadoria dos bens do ausente..... 142
b) Sucessão provisória..... 143
c) Sucessão definitiva..... 145
d) Retorno do ausente..... 146
e) Ausência e dissolução do casamento..... 147
7.2.2. Justificação de óbito 147
7.3. Morte simultânea (comoriência) 148

Capítulo V
Direitos da Personalidade

1. Importância da matéria..... 153
2. Conceito e denominação..... 154
3. Natureza dos direitos da personalidade 154

4. A construção da teoria dos direitos da personalidade e das liberdades públicas 158
5. Titularidade 159
6. Características dos direitos da personalidade 162
6.1. Caráter absoluto 163
6.2. Generalidade 163
6.3. Extrapatrimonialidade 164
6.4. Indisponibilidade 164
6.5. Imprescritibilidade 166
6.6. Impenhorabilidade 166
6.7. Vitaliciedade 167
7. Classificação dos direitos da personalidade 167
7.1. Direito à vida 168
7.2. Direito à integridade física 173
7.2.1. Direito ao corpo humano 175
a) Direito ao corpo vivo 175
b) Direito ao corpo morto (cadáver) 178
7.2.2. Direito à voz 181
7.3. Direito à integridade psíquica 182
7.3.1. Direito à liberdade 182
7.3.2. Direito à liberdade de pensamento 186
7.3.3. Direito às criações intelectuais (autoria científica, artística e literária) 186
7.3.4. Direito à privacidade 188
7.3.5. Direito ao segredo pessoal, profissional e doméstico 189
7.4. Direito à integridade moral 190
7.4.1. Direito à honra 190
7.4.2. Direito à imagem 191
7.4.3. Direito à identidade 193
8. A proteção dos direitos da personalidade 193

Capítulo VI
Pessoa Jurídica

1. Introdução e conceito 199
2. Denominações 201
3. Natureza jurídica da pessoa jurídica (teorias explicativas) 201
3.1. Teorias negativistas 202

3.2. Teorias afirmativistas 202
4. Pressupostos existenciais da pessoa jurídica 206
5. Surgimento da pessoa jurídica 207
5.1. Sociedades irregulares ou de fato 209
5.2. Grupos despersonalizados 213
6. Capacidade e representação da pessoa jurídica 215
7. Classificação das pessoas jurídicas 220
7.1. Pessoas jurídicas de direito público 220
7.2. Pessoas jurídicas de direito privado 222
7.2.1. As associações 226
7.2.2. As sociedades 230
a) Constituição das sociedades 231
b) Classificação das sociedades 231
7.2.3. As fundações 236
a) Afetação de bens livres por meio do ato de dotação patrimonial 238
b) Instituição por escritura pública ou testamento 238
c) Elaboração dos estatutos 238
d) Aprovação dos estatutos 240
e) Realização do registro civil 242
7.2.4. As organizações religiosas 244
7.2.5. Os partidos políticos 245
7.2.6. As empresas individuais de responsabilidade limitada 246
8. Responsabilidade civil e penal das pessoas jurídicas 249
9. Desconsideração da personalidade jurídica (*disregard doctrine*) 251
9.1. Esclarecimentos terminológicos 253
9.2. Hipóteses de aplicação 256
9.3. Disciplina processual da desconsideração da personalidade 265
9.3.1. Reflexões sobre iniciativas legislativas 265
9.3.2. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica 268
a) Iniciativa 269
b) Fundamentos para a desconsideração 269
c) Momento da desconsideração 270
d) Contraditório e instrução 273
e) Natureza da decisão 274
f) Recurso 274
g) Efeitos da desconsideração 274
10. Extinção da pessoa jurídica 275
11. Pessoas jurídicas de direito privado e a pandemia da Covid-19 276

Capítulo VII
Domicílio Civil

1. Importância da matéria 279
2. Conceito 281
3. Morada, residência e domicílio: distinções necessárias 282
4. Tratamento legal e mudança de domicílio 283
5. Domicílio aparente ou ocasional 285
6. Domicílio da pessoa jurídica 286
7. Espécies de domicílio 287

Capítulo VIII
Bens Jurídicos

1. Os bens como objeto de relações jurídicas 291
2. Bem × coisa 293
3. Patrimônio jurídico 294
4. Classificação dos bens jurídicos 296
4.1. Dos bens considerados em si mesmos (arts. 79 a 91 do CC/2002) 297
4.1.1. Bens corpóreos e incorpóreos 297
4.1.2. Bens imóveis e móveis 298
a) Classificação dos bens imóveis 299
a.1) Imóveis por sua própria natureza 299
a.2) Imóveis por acessão física, industrial ou artificial 299
a.3) Imóveis por acessão intelectual 300
a.4) Imóveis por determinação legal 300
a.5) Considerações sobre a natureza imobiliária do direito à sucessão aberta 301
b) Classificação dos bens móveis 302
b.1) Móveis por sua própria natureza 302
b.2) Móveis por antecipação 302
b.3) Móveis por determinação legal 302
c) Semoventes 303
4.1.3. Bens fungíveis e infungíveis 304
4.1.4. Bens consumíveis e inconsumíveis 305
4.1.5. Bens divisíveis e indivisíveis 306

4.1.6. Bens singulares e coletivos 307
4.2. Dos bens reciprocamente considerados (arts. 92 a 97 do CC/2002) 307
4.2.1. Classificação dos bens acessórios 308
a) Os frutos 308
b) Os produtos 309
c) Os rendimentos 310
d) As pertenças 310
e) As benfeitorias 311
f) As partes integrantes 313
4.3. Dos bens públicos e particulares 313
5. Bem de família 315
6. Coisas fora do comércio 327

Capítulo IX
Fato Jurídico em Sentido Amplo

1. Noções introdutórias sobre a importância do estudo do fato jurídico 329
2. Conceito de fato jurídico em sentido amplo 330
3. Classificação dos fatos jurídicos em sentido amplo 330
4. Efeitos aquisitivos, modificativos, conservativos e extintivos do fato jurídico 332
4.1. Aquisição de direitos 332
4.2. Modificação de direitos 334
4.3. Conservação de direitos 334
4.4. Extinção de direitos 335
5. Fato jurídico em sentido estrito 335
6. Ato-fato jurídico 337
7. Ato jurídico em sentido estrito 339

Capítulo X
Negócio Jurídico (Noções Gerais)

1. Introdução 345
2. A transformação da teoria do negócio jurídico 345
3. Conceito e teorias explicativas do negócio jurídico 349
4. Concepção do negócio jurídico no direito positivo e pelos planos de existência, validade e eficácia 351

5. Classificação dos negócios jurídicos 353
6. Interpretação do negócio jurídico 356

Capítulo XI
Plano de Existência do Negócio Jurídico

1. A concepção do plano de existência 359
2. Elementos constitutivos do negócio jurídico 360
   2.1. Manifestação de vontade 361
   2.2. Agente emissor da vontade 362
   2.3. Objeto 362
   2.4. Forma 363
   2.5. Algumas palavras sobre a causa nos negócios jurídicos 364

Capítulo XII
Plano de Validade do Negócio Jurídico

1. A concepção do plano de validade 369
2. Pressupostos de validade do negócio jurídico 370
   2.1. Manifestação de vontade livre e de boa-fé 371
   2.2. Agente emissor da vontade capaz e legitimado para o negócio 376
      2.2.1. Da representação 377
   2.3. Objeto lícito, possível e determinado (ou determinável) 379
   2.4. Forma adequada (livre ou legalmente prescrita) 381

Capítulo XIII
Defeitos do Negócio Jurídico

1. Introdução 385
2. Vícios do negócio jurídico 385
   2.1. Erro ou ignorância 385
   2.2. Dolo 390
   2.3. Coação 395
   2.4. Lesão 398
   2.5. Estado de perigo 406
   2.6. Simulação 409
   2.7. Fraude contra credores 414

Capítulo XIV
Invalidade do Negócio Jurídico

1. Introdução 423
2. Considerações prévias sobre a inexistência do ato ou negócio jurídico 425
3. Nulidade absoluta 426
4. Nulidade relativa (anulabilidade) 431
5. Quadro geral comparativo: nulidade absoluta × nulidade relativa 437
6. Conversão do negócio jurídico 438
7. Invalidade do negócio jurídico em face do novo conceito de capacidade civil 441
   7.1. A Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) 443
   7.2. A pessoa com deficiência e a teoria da invalidade do negócio jurídico 445
      7.2.1. Pessoa com deficiência tem curador nomeado 446
      7.2.2. Pessoa com deficiência tem apoiadores nomeados 447
      7.2.3. Pessoa com deficiência sem curador ou apoiador 448

Capítulo XV
Plano de Eficácia do Negócio Jurídico

1. A concepção do plano de eficácia 451
2. Elementos acidentais limitadores da eficácia do negócio jurídico 451
   2.1. Condição 452
   2.2. Termo 461
   2.3. Modo ou encargo 464

Capítulo XVI
Prova do Negócio Jurídico

1. Considerações gerais 467
2. Provas, em espécie, do negócio jurídico 470
   2.1. Confissão 471
   2.2. Documento 473
   2.3. Testemunha 480
   2.4. Presunções 484

2.5. Perícia 486
3. Considerações finais 488

Capítulo XVII
Ato Ilícito

1. Noções introdutórias e conceituais 491
2. Da inexistência de diferença ontológica entre ilícito civil e penal... 492
3. Tratamento no Código Civil de 1916 e no novo Código Civil 494
4. O abuso de direito 496
5. Causas excludentes de ilicitude 498

Capítulo XVIII
Prescrição e Decadência

1. O tempo como fato jurídico 503
2. Fundamentos sociais da limitação temporal de direitos e pretensões... 504
3. Noções conceituais 505
4. Distinção entre prescrição e decadência 511
4.1. Critérios tradicionais 512
4.2. Fundamento doutrinário para distinção *a priori* de prescrição e decadência 514
4.2.1. Classificação dos direitos subjetivos quanto à finalidade 514
a) Direitos a uma prestação 514
b) Direitos potestativos 515
b.1) Exercitáveis mediante simples declaração de vontade do titular 515
b.2) Exercitáveis mediante declaração de vontade do titular, com exigência judicial no caso de resistência 515
b.3) Exercitáveis mediante ajuizamento obrigatório de ação judicial 516
4.2.2. Classificação moderna das ações 516
4.2.3. Correspondência entre os institutos da prescrição e decadência com a tutela jurisdicional pretendida 517
5. A prescrição e a decadência no novo Código Civil 517
6. Causas impeditivas e suspensivas da prescrição 521

7. Causas interruptivas da prescrição 526
8. Prazos de prescrição no novo Código Civil 532
9. Prazos de decadência no novo Código Civil 538
10. Prazos prescricionais em matéria de direito intertemporal 538
11. Prescrição intercorrente 541
12. Prescrição e decadência e a pandemia da Covid-19 544

Referências 547